

Seminário avalia situação de 22 milhões de refugiados

11 DEZ 1996

Roberto Naves

Da Meridional

Os refugiados da *Nova Ordem Mundial* somam hoje 22 milhões de pessoas em todo o mundo, 2.500 delas apenas no Brasil. Os problemas dessa gente que, pelas mais diversas razões (políticas, religiosas, econômicas), fugiu do país em que vivia começaram a ser debatidos em Brasília na abertura do *Seminário Regional sobre Integração Local*, ontem, não por coincidência Dia Internacional dos Direitos Humanos.

"Há uma crise do direito de asilo, que é mais evidente nos países mais ricos do planeta", admitiu o brasileiro Guilherme da Cunha, representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur), na abertura do evento, que prossegue hoje e amanhã no Hotel Kubitschek Plaza. "Com desemprego e recessão, todos os países da Europa estão barrando os refugiados", acrescentou o representante da entidade organizadora do seminário.

"Alguns países europeus parecem não ter tirado uma lição da história: que tudo se repete. A Europa, que já teve muitos refugiados, aparente-

Raimundo Paccó



Guilherme, representante do Acnur:
"Europa está barrando refugiados"

mente nada aprendeu", condenou a secretária de Justiça, Sandra Valle (Ministério da Justiça), em meio a representantes de governos e de Organizações Não-Governamentais da América Latina.

"Os países não devem confundir a imigração econômica com pessoas que foram contra sua vontade, por

não ter como viver em seus países. O refugiado é aquele que não tem como voltar", definiu Guilherme, representante da região Sul da América Latina (Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile, Bolívia e Peru).

COMPARAÇÃO

Guilherme considera a Argentina, que desde 1969 recebeu 11 mil exilados (dados do Acnur), mais avançada que o Brasil na legislação para refugiados. "Na Argentina, é lei. No Brasil, é um procedimento incompleto, por falta de normas jurídicas", compara. Essa desvantagem, porém, deve ser revertida, em função do Plano Nacional de Direitos Humanos, projeto de lei do Executivo em tramitação no Congresso. "A lei brasileira passa a ser mais completa. Ela considera todos os aspectos, tanto a documentação quanto o estabelecimento de institutos de formação profissional para os refugiados", argumenta.

Além de Guilherme, outros dois brasileiros falaram na abertura do seminário: a secretária de Justiça, Sandra Valle, e o arcebispo de Brasília, dom José Freire Falcão, como representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).